

O NATAL EM PORTUGAL: UNS VÃO BEM DEMAIS, OUTROS MAIS QUE MAL

27-Dec-2010

Opinião

Texto de Carlos Vieira e Castro

O Governo decidiu, segundo o jornal "Público" da passada segunda-feira, injectar mais 500 milhões de euros no caso do BPN "Banco Português de Negócios", elevando para quase 5 mil milhões de euros a factura paga pelo Estado, isto é por todos nós, para salvar este banco administrado por ex-dirigentes e governantes do PSD. Aquele valor seria suficiente para evitar grande parte dos cortes nas prestações sociais, salários e reformas aprovadas no Orçamento de Estado. Por isso, o Bloco de Esquerda pediu a presença no Parlamento do ministro das Finanças, para dar explicações aos portugueses.

O deputado do BE, João Semedo, explicou, em entrevista à revista "Visão", como é que Cavaco Silva e a filha, em dois anos, conseguiram lucrar 360 mil euros, com a venda, em 2003, antes da eleição para a Presidência da República, de 255.018 acções da SLN (Sociedade Lusa de Negócios) valorizadas em 140%: "A SLN comprou as acções muito mais caras do que as tinha vendido. E não é accionista de uma sociedade não cotada quem quer. Não se chega ao balcão dizendo "quero ser accionista"... (é!) "Que críticos foram seguidos na recompra, pelo BPN, das acções? Qual era o interesse da SLN em comprar de volta aquelas acções? Os valores praticados foram muito acima do crescimento do próprio banco"... "Há aqui qualquer coisa que não bate certo" e a operação com as acções de Cavaco tem "um formato semelhante à de outras que conhecemos". "O BPN tinha um modo de funcionamento que se conhece: destinava-se a distribuir dinheiro por um conjunto de negócios e personalidades, escondendo lucros e prejuízos, fazendo-os circular por 95 off-shores e pelo fictício Banco Insular". Cavaco Silva foi apenas mais um dos que, durante dez anos, beneficiaram desta forma rápida, fácil e sem riscos, de fazer dinheiro.

Note-se, ainda, que a falência do BPN não foi provocada pela crise financeira mundial, mas sim pelas fraudes e gestão ruinosa, como confessou o próprio Oliveira e Costa na Comissão Parlamentar de Inquérito: "Se não fosse o raio da Biometrics hoje não estaríamos aqui. Foi um negócio ruinoso". A Biometrics era uma das duas empresas de Porto Rico que Dias Loureiro e o seu amigo libanês, El-Assir, acusado internacionalmente por tráfico de armas, pressionaram a SLN para comprar por milhões de dólares, canalizado através de offshores. A Biometrics foi vendida 3 vezes no mesmo dia. A primeira por 31 milhões de dólares; depois de integrada num fundo, que detinha mais património, voltou a ser vendida por 21 milhões de dólares. Não se sabe em que bolso(s) ficaram os 10 milhões em falta. Dias Loureiro, ex-ministro do Interior de Cavaco Silva, disse na comissão de inquérito que desconhecia sequer o nome do fundo. Mas, a comissão recebeu documentos da transacção assinados por Dias Loureiro. Esperemos pela sentença do tribunal.

Entretanto, o governo decidiu obedecer mansamente à Comissão Europeia no sentido de facilitar os despedimentos e baixar o valor das indemnizações por despedimento, o que só pode fazer aumentar o desemprego e a precariedade laboral, num país com mais de 600 mil desempregados e o terceiro da Europa em percentagem de trabalhadores precários (só abaixo da Polónia e da Espanha). Mas a ónsia de agradar a Bruxelas e ao FMI leva a acumulação de asneiras e as confederações patronais, CIP e CCP, recusaram o presente dado pelo governo da criação

de um fundo para financiar despedimentos, dado que as empresas não estão interessadas em pagar elas próprias esse fundo, nem em descontá-lo do salário dos trabalhadores, porque isso faria aumentar o custo da mão-de-obra. Esta de pagar os trabalhadores a pagar os seus próprios despedimentos é mesmo de um governo socialista, não é?!...

O que nos vale são os exemplos de solidariedade que nos vêm do alto: Passos Coelho disse que este Natal não vai dar presentes às filhas. Bonito gesto de contenção de despesas, nesta época de crise. O Botas é ficaria orgulhoso. São crates, para não lhe ficar atrás, recusou aumentar o Salário mínimo para 500 euros, já a partir de Janeiro, conforme tinha acordado com os parceiros sociais e exigiu que os hospitais fizessem cortes de 15%. Isto apesar de Portugal ser classificado pela OCDE como um dos países mais eficientes nos gastos na Administração de Saúde (JN, 1/12/2010). O presidente do conselho de administração do Hospital de S. João já disse que seria possível tal redução se apenas mantivesse, basicamente, a actividade de urgência e parasse o hospital em Julho ou Agosto.

Eis a receita do governo e da Comissão Europeia para a crise: Parem os aviões no ar!

Boas Festas!

Carlos Vieira e Castro